



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ELAINE BARBOSA SILVA PORFIRIO

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CRIANÇAS
NO ENSINO FUNDAMENTAL I ATENDIDAS PELO NAPE**

**ACARAPE – CEARÁ
2024**

ELAINE BARBOSA SILVA PORFIRIO

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CRIANÇAS
NO ENSINO FUNDAMENTAL I ATENDIDAS PELO NAPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso licenciatura em pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em pedagogia.

Orientadora: Dra. Maria Alda de Sousa Alves

ACARAPE– CEARÁ

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Porfirio, Elaine Barbosa Silva.

P872d

Deficiência intelectual: desafios e possibilidades de crianças no Ensino Fundamental I atendidas pelo NAPE / Elaine Barbosa Silva Porfirio. - Redenção, 2024.

56f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alda de Sousa Alves.

1. Deficiência intelectual. 2. Educação inclusiva. 3. Aprendizagem. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.9

ELAINE BARBOSA SILVA PORFIRIO

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CRIANÇAS
NO ENSINO FUNDAMENTAL I ATENDIDAS PELO NAPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso licenciatura em pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em pedagogia.

Data de aprovação: 01/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Maria Alda de Sousa Alves (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a. Dra. Joana Elisa Rower

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por me guiar e dar forças nos momentos de dificuldade, permitindo-me chegar até aqui.

Dedico este trabalho ao meu esposo Patrick, meu parceiro de vida. Agradeço por cada palavra de incentivo, por estar ao meu lado nos momentos de incerteza e por compreender as horas de dedicação a este projeto. Seu amor, paciência e apoio foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Dedico este trabalho as minhas mães Joana e Eliane e as minhas irmãs pelo apoio incondicional, por acreditarem no meu potencial e por sempre me incentivarem a seguir em frente, mesmo nos momentos de maior cansaço. Vocês são a base de tudo que conquistei. por serem minha fonte constante de apoio, sabedoria e inspiração. Sua força, dedicação e amor incondicional me acompanharam em cada etapa desta jornada. Tudo que sou e conquistei devo à sua presença incansável em minha vida.

A minha orientadora Alda, pela paciência, pelos ensinamentos e pela confiança depositada em mim durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Por fim, dedico este trabalho a todos que, acreditaram contribuíram para que este momento fosse possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força em todos os momentos, e nunca ter me abandonado, pois sem Ele não teria conseguido. Agradeço minha Mãe (avó) Joana por todo o apoio desde o início, sabemos que não foi fácil. Agradeço meu esposo, meu companheiro de luta, por todo o incentivo. Agradeço minha mãe Eliane, minhas irmãs, que me deram forças para continuar, a todos vocês, meu muito obrigada. Agradeço a minha orientadora Alda, por todo o acolhimento, as orientações, a dedicação, sou imensamente agradecida.

" Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós."

(Maria Tereza Eglér Mantoan)

LISTA DE FIGURA

FIGURA 01: Escola Maria Augusta.....	43
FIGURA 02: NAPE.....	44
FIGURA 03: Censo -2024.....	46
FIGURA 04: campo de pesquisa	47
FIGURA 05: Descrição de Atividade.....	49
FIGURA 06: Quebra cabeça Tangram.	50

LISTA DE QUADRO

QUADRO 01: Níveis de Planejamento PEI.....	30
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Ceará

DI – Deficiência Intelectual

FPS -Funções psicológicas superiores

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

OMS – Organização Mundial da Saúde

NAPE – Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PAEE – Plano de atendimento Educacional Especializado

PEI – Plano Educacional Individualizado

PP – Projeto Pedagógico

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral identificar os principais desafios enfrentados por alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental I, com base no atendimento oferecido pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE), em Redenção-CE. Busca conhecer as estratégias pedagógicas e os recursos utilizados por este núcleo para favorecer o aprendizado e a inclusão, apontando possibilidades didáticas e metodológicas do aprendizado de crianças com deficiência intelectual. No percurso metodológico desta pesquisa utiliza-se da etnografia na educação escolar, com o intuito de perceber relações, interações e entender a dinâmica pedagógica das crianças com deficiência intelectual acompanhados pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE). Pensando na perspectiva de vivenciar mais de perto a realidade de alunos com deficiência intelectual, utilizei da observação participante nos atendimentos de crianças com a psicopedagoga. Em suma, este trabalho visa destacar a inclusão de alunos com deficiência intelectual em ambientes de convivência e aprendizados, destacando que práticas pedagógicas adaptadas em ambientes acolhedores é fundamental para o desenvolvimento e a inclusão, que não é apenas um direito, mais uma necessidade social nos dias de hoje.

Palavras-Chave: Deficiência Intelectual, Inclusão, Aprendizagem.

ABSTRACT

Our objective of this study is to identify the main challenges faced by students with intellectual disabilities in Elementary School (early ages) based on the services offered by the Specialized Pedagogical Support Center (NAPE) in Redenção/CE. First, we observed the pedagogical strategies and resources used by this center to promote learning and inclusion, highlighting didactic and methodological possibilities for the learning of children with intellectual disabilities. We used ethnography in school education through the methodological path of this research, with the aim of perceiving relationships and interactions as well as understanding the pedagogical dynamics of children with intellectual disabilities, whom the Specialized Pedagogical Support Center (NAPE) monitors. The perspective of experiencing the reality of students with intellectual disabilities more closely was considered, and I participated as an observer in the services provided to children by the psycho-pedagogue. In short, this work highlights the inclusion of students with intellectual disabilities in social and learning environments. It emphasizes that adapted pedagogical practices in welcoming environments are fundamental for development and inclusion, which is not only a human right but also a social necessity today.

Keywords: Intellectual Disability, Inclusion, Learning

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
2.1 Educação como Direito: Aspectos Legais	20
3 PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO.	25
3.1 A Prática Pedagógica na Perspectiva do Plano Educacional Individualizado (PEI)	29
3.2 Deficiência intelectual: desafios e possibilidades na escola.....	32
3.3 Funcionamento cognitivo de crianças com DI	34
4 PERCUSO METODOLOGICO DA PESQUISA.....	38
4.1 Natureza da Pesquisa	39
4.2 Tipo de Pesquisa.....	41
4.3 Técnica de Coleta de Dados.	42
4.4 Local da Pesquisa	43
5 NUCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL EDUCACIONAL	44
5.1 Notas de Campo I.....	46
5.2 Notas de Campo II	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS 01: Roteiro de Entrevista.....	56
ANEXO 02: Termo de cessão de direito de uso de imagem.....	57

INTRODUÇÃO

Na atualidade, não se deve pensar a escola apenas como transmissora de conteúdo, mas como um ambiente de aprendizados, vivências, conquistas, afetos, socialização, integração, inclusão e democracia, pois quando se fala em universalização dos direitos humanos parte-se da premissa da igualdade, mas uma igualdade que não se estabeleça em critérios de mesmas características físicas, intelectuais e motoras.

O meu interesse em pesquisar sobre a Educação Inclusiva se deu em função de ter duas irmãs com deficiência e, assim, esse contexto despertou a minha curiosidade, pois sempre vi nelas motivos para pesquisar sobre a temática. Dessa forma, por meio desta experiência familiar, percebi um pouco dos desafios, seja na adaptação, na forma do ensino e aprendizagem, nas brincadeiras que elas experimentam na escola.

No ano de 2022 foi lançado pela Prefeitura Municipal de Redenção (CE) o edital de cuidadores¹, o qual ofertava vagas para estudantes universitários, na condição de estagiários, auxiliando crianças com deficiências. Refleti que pleitear uma vaga na seleção deste edital seria uma oportunidade de desenvolvimento do TCC devido à oportunidade de decidir o que iria, de fato, pesquisar. Participando do processo seletivo do referido edital, fui selecionada e alocada para a Escola de Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira, em Redenção (CE). Educação inclusiva: desafios e aprendizagens no ensino fundamental I em uma escola de Redenção, este foi meu tema de pesquisa no TCC para finalizar o curso de Bacharelado em humanidades.

A partir dessa experiência, atuando como cuidadora na citada escola, observei o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, sobretudo, a intelectual. No cotidiano das atividades, percebi a existência de um certo modelo padrão de educação que, apesar de bastante aplicado, necessita ampliar conhecimentos, mas conhecimentos construtores de saberes diversificados, multiculturais e inclusivos.

No decorrer das aulas, na escola na qual participo como cuidadora, os professores não utilizam atividades diferenciadas. Porém o termo melhor utilizado seria atividades

¹ EDITAL N° 001/2022. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/publicacoes.php?id=719>. Data de acesso: 18/08/2024

adaptadas, para adaptar se necessário para aquele aluno, pois tem alguns alunos que embora tenham deficiência conseguem acompanhar normalmente os demais alunos da sala de aula.

Assim, surge a seguinte indagação de pesquisa: Quais práticas pedagógicas e metodológicas são oferecidas no processo de inclusão escolar?

Dessa forma, o objetivo geral é identificar os principais desafios enfrentados por alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental I, com base no atendimento oferecido pelo NAPE. Busca-se conhecer as estratégias didáticas e metodológicas utilizadas por profissionais (psicopedagogas) do NAPE para favorecer o aprendizado e a inclusão desses alunos, bem como apontar possibilidades pedagógicas de aprendizado de crianças com deficiência intelectual.

Nesse sentido, cabe destacar que a escola, enquanto instituição social, deve estar apta para acolher, sendo está uma determinação presente na Constituição Federal de 1988, ao assegurar o direito à educação a todo/a cidadão e cidadã brasileira, garantindo seu acesso e permanência.

Aprofundando leituras, menciono as seguintes leis, documentos e autores/as: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), Declaração de Salamanca (1994), Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), e autores como Gil (2002), Mantoan (2006),-Freire (2002), Carvalho (2005), Gerhard (2009) e Vygotsky (2011).

Uma escola inclusiva que promove a inclusão e a diversidade tem o dever de acolher todos os alunos independente de possuir deficiência ou não. Esta não define as mesmas características físicas, psicológicas para todos os alunos, mas sim, cuida de forma igualitária com as mesmas didáticas, metodologia que incentive a criança a participar de aula/brincadeira. Incluir possibilita a criança a sentir-se acolhida por todos, e não em um ambiente de rejeição.

A concepção social, vai muito além desses marcadores sociais, entende a deficiência como um fenômeno social, concedendo a interação do indivíduo com obstáculos que limitam sua capacidade de obter informações. Adotar um modelo social resulta em promover

mudanças no sistema educacional, no sentido de desconstruir concepções feitas no ambiente escolar, como

A ideia de que é possível definir a capacidade de um estudante em função de um atributo que ele possua: a concepção de deficiência como uma questão biológica que permite a definição de perfis de estudantes; as comparações entre os alunos e suas produções e a consequente oferta de um ensino individualizado para alguns. (Mantoan,2022, p,35).

Nesse viés, o modelo social, transmite a ideia de que a deficiência é resultado da comunicação entre as pessoas e as dificuldades que surge no meio e permeiam essa falta de interação, sendo assim, “só pode haver uma escola inclusiva se essas barreiras forem eliminadas” (Mantoan 2022, p,38).

Dessa forma, consideramos que as pessoas se transformam continuamente, mudando o contexto na qual estão inseridos, esse dinamismo requer uma atuação pedagógica voltada para a inclusão, enfatizando a extrema importância de ambientes heterogêneos que proporcione a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas condições ou características.

2. APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Todo processo histórico deve ser entendido dentro de suas circunstâncias, principalmente dentro da sua própria história, que por certas vezes não é linear. O processo é lento, a desconstrução do pensamento por certo também é. Vivemos em uma sociedade que em vez de agir oprime, no lugar de ajudar exclui. Habitamos em um mundo globalizado, mas com raízes presas no passado. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146 de 6 de julho/ 2015, afirma que toda criança tem como parte integralizada a:

I-Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou

comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;. [...] (Brasil, 2015, p.02).

No decorrer da história as pessoas com deficiência foram vítimas de segregação e exclusão, de modo a não usufruir de diversos direitos. Vivemos neste planeta, buscando nos aprimorar das melhores maneiras possíveis, combatendo nossos instintos mais preconceituosos e violentos, lutando para o progresso e o crescimento da humanidade. No entanto, quando se trata da educação inclusiva, quais foram os avanços ao longo do tempo?

Silva (1987) em um estudo acerca das pessoas com deficiências e suas condições de vida no decorrer da humanidade, explica que não se sabe ao certo o que elas faziam, e nem como viviam, porém, mostra que alguns indivíduos chegaram à vida adulta com alguma deficiência física.

Na Antiguidade, principalmente, na Grécia Antiga, onde a perfeição do corpo era venerada, as reações diante das pessoas com deficiência eram o abandono, a eliminação ou o sacrifício. Em alguns lugares, as pessoas com deficiência eram mortas ou submetidos a um processo de purificação para livrá-los de maus desígnios.

Com base no pensamento de Barbosa (2020), a eliminação física de pessoas com deficiência não foi mais aceita, porém, elas passaram a ser excluídas da sociedade sem ter nenhum direito de reivindicar por melhores condições de vida, tornando-se símbolos de estigmatização. Há de salientar que, depois de certo tempo, no período do Renascimento, houve o registro das primeiras atividades laborais e dos objetos de tecnologia assistiva.

No Brasil, as escolas com acesso à educação para as pessoas com deficiência tiveram um crescimento ao longo do século XX, proporcionando direitos básicos, uma participação social mais integrada. Com a colaboração da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), se construiu uma sociedade de todos para todos. Porém, mesmo sendo discutido por movimentos políticos, as instituições educativas continuaram negando a participação de pessoas com deficiência na sociedade, implantando o modelo segregado e partindo de uma premissa na qual a deficiência era algo que limitava acessar certos lugares e desenvolver atividades importantes. Conforme Mantoan (2020):

[...] A função da escola especial era “consertar” o sujeito inadequado, a fim de que eles pudessem, ao máximo possível, se aproximar do que se considerava normal, adequado, aceitável. Termos como alunos “educáveis”, “não adequáveis”, “treináveis”, faziam partes do cotidiano da escola especiais. [...] (Mantoan, 2020, p. 184)

Nos anos 2000, profundas transformações aconteceram na concepção de deficiência, principalmente, com o advento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2007), possibilitando maior liberdade de conhecer a diversidade humana. Muitas das vezes os argumentos que são criados iniciam-se por desacreditarem do processo de inclusão, motivados por modelos já estabelecidos, e justamente esses modelos são excludentes. Nem mesmo todas as pessoas que são reconhecidas nos padrões “normais” conseguem se incluir completamente.

São esses fatos que motivam a inquietação da inclusão, a qual busca a sistematização e um novo modelo educacional. Este que acima de tudo busca valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades, de maneira que garanta a universalização e respeito às diversidades. Sobre essa questão, Mantoan (2003) destaca:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidade de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (Mantoan, 2003, p.12)

Com base nas reflexões de Mantoan (2006), pode-se afirmar o antigo padrão da modernidade ainda debate que o conhecimento está passando por uma reintegração, de maneira que as diferenças culturais, étnicas e religiosas, estão sendo destacadas como principal fator para entendermos o mundo. As tecnologias de informação estão trazendo novos marcos e rompendo visões pragmáticas, estabelecendo melhor compreensão entre as pessoas, o nosso universo é laico e adaptável às transformações, e vai muito além do que a ciência moderna mostra.

“A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar” (Mantoan, 2003, p. 40). O fato é que as escolas democratizaram os grupos escolares, porém não os tornou pluricultural e diversificado. Os ensinamentos curriculares das escolas estão organizados em disciplinas, com isso ocasionou-se a separação do conhecimento, e não mostra a ressignificação dos aprendizados.

A realidade está atrelada a um sistema de classificação, mostrando uma racionalidade idealizada, dividindo os/as alunos/as em normais e pessoa com deficiência, com modalidade regular e especial professores especialistas naquela área. Muitos estudantes foram excluídos do ensino regular, não tiveram o prazer de se beneficiar com o direito à educação.

A Declaração de Salamanca (1994) representa um marco pela construção de uma educação especial inclusiva para todos/as. Por muito tempo existiu o modelo educacional de segregação e exclusão, onde as pessoas com deficiências eram segregados/as e discriminados/as. Com o surgimento da Declaração passaram a ser reconhecidos como seres humanos que, acima de tudo, necessitam de respeito e boa educação. As políticas educacionais estabelecem uma educação sem discriminação, igualdade de direito entre as pessoas, assegurando respeito a todas as diferenças independentes de suas dificuldades individuais.

Um dos grandes motivos para o novo cenário da educação inclusiva ser reconhecida mundialmente se deu em função da referida Declaração de Salamanca, de 1994, a qual foi elaborada na cidade de Salamanca (Espanha), com a urgência de inclusão de crianças, jovens e adultos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dentro do

sistema regular de ensino. Esse documento foi criado com o intuito de apontar os países que tinham necessidade de desenvolver políticas públicas que atendessem todas as pessoas de modo igualitário, sem levar em conta as condições sociais e pessoais.

2.1 Educação como direito: aspectos legais

Cada vez que o reino humano me parece condenado ao peso, digo para mim mesmo que, à maneira de Perseu, eu devia voar para outro espaço. Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional. Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra lógica, outros meios de conhecimento e controle. As imagens de leveza que busco não devem, em contato com a realidade presente e futura, dissolver-se como sonhos (Calvino, 2001, p. 19).

Somos todos diferentes, não existe um ser igual ao outro, todos temos nossas singularidades, e particularidades, pensamos diferente, agimos diferente. Porém, todos temos os mesmos direitos, e equidade. Entretanto, nem sempre, o diferente é aceito dentre os demais. A sociedade cria protótipos que adoecem mentes, corpos, que oprimem os desviantes dos padrões sociais. Conforme Glat e Fernandes (2005)

Quando se pensa em história das pessoas com deficiência não podemos esquecer os aspectos sociais, políticos e históricos que regeram e que regem até hoje o surgimento de uma ou outra ideologia que determinaram ou determinam e que estão impregnados de uma monocultura que não permitem as diferenças (Glat; Fernandes, 2005, p. 36).

Torna-se evidente que a exclusão é um processo experienciado historicamente por grupos sociais constituídos por marcadores sociais de diferenças:

A história atesta que os direitos são desiguais para grupos sociais e pessoas distintas. Mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, mais recentemente pessoas portadoras do vírus da Aids, entre outros, lutam para conquistar direitos igualitários na sociedade. Embora muitas barreiras para promover e ampliar tais direitos já tenham sido eliminadas em consequência da ação dos movimentos, ainda persiste a desigualdade social traduzida na falta de oportunidades de acesso à educação de qualidade necessária para realizar o pleno desenvolvimento de cada indivíduo e sua cidadania (Ferreira, 2009, p. 25-26).

O direito a educação é uma oportunidade para todas as pessoas que foram marginalizadas e segregadas durante grande percurso na história da educação inclusiva. “Surge com a intenção de minimizar os efeitos de uma constituição social que exclui os que não atendem aos seus padrões, e isto ocorre em diversas instituições sociais, inclusive na escola” (Veltrone; Mendes, 2011, p. 63-64).

Salienta-se, que durante um grande percurso no século XXI, a evasão de alunos com deficiências não era considerada um problema, pois o direito a educação não incluía a todos, assim, não era entendida como um direito social, a ser direcionada para toda a população. Desse modo, onde eram inseridas as pessoas com deficiência?

As pessoas com necessidades especiais no decorrer da história passaram pelas mãos dos Espartanos que matavam as crianças ao nascer; os que decidiam sobre a vida e a morte eram os mais velhos. Passaram também pela Inquisição que os queimavam em fogueiras, juntamente com outros que se diferenciavam do restante da comunidade e os sanatórios e instituições médicas que os usavam como cobaias em estudos de doentes mentais (Glat; Fernandes, 2005, p. 37).

Vale ressaltar ainda segundo Ainscow (2009)

Pessoas com deficiência e seus aliados ficaram preocupados com a forma com a qual pareciam estar sendo preteridos na ordem de prioridades de participação na declaração da Educação para Todos (UNESCO, 2000). Apesar do aparente progresso havido visando chamar a atenção para as possibilidades de um sistema Educacional inclusivo para todas as crianças, especificamente incluindo crianças com deficiências, isto só aconteceria na Declaração de Salamanca (Ainscow, 2009, p. 18).

Em nosso país a educação como direito está estabelecido na Constituição Federal de 1998, chamada constituição cidadã. O artigo 205 estabelece a educação como direito de todos, sendo dever do Estado e da família, com o incentivo da sociedade, promover o pleno desenvolvimento das pessoas, bem como a participação da cidadania e qualificação para o trabalho.

Percebe-se o movimento do crescimento popular a partir da redemocratização do país com a queda do Estado Novo. Com relação a educação, o governo promoveu mudanças no

cenário educacional, na qual a regulamentação federal passou a ser válida em todo o país, possibilitando que abrangente todos os graus de modalidade de ensino.

A história da educação brasileira após 1889 é marcada sobretudo pelo impacto das reformas decorrentes de dois movimentos de dimensões autenticamente revolucionários ocorridos no país: o de 1930 e o 1964. Estes dois movimentos, sem mudar propriamente os rumos e as tendências norteadoras do sistema, procuraram torná-los explícitos, bem como proporcionar os instrumentos para a mais rápida e efetiva consecução dos objetivos nacionais em matéria de educação. Nesse sentido, as diversas constituições nacionais, especialmente a partir de 1934, inscreveram progressivamente os princípios sobre os quais terminou por edificar-se o sistema educativo brasileiro e que lhe proporcionaram a atual estrutura e as características fundamentais (Antunha, 2003, p. 46).

As primeiras resoluções em busca de uma educação brasileira ocorreram por meio do movimento Escola Nova², onde iniciou-se a crença no poder da educação como forma de minimizar as desigualdades sociais, ressaltando as diferenças individuais. Também a partir deste movimento deu-se a construção de um sistema estatal de ensino público, laico e gratuito (Mendes, 2010, p. 96).

Podemos refletir sobre a extrema necessidade de pensarmos a educação inclusiva e o acesso que todos devem ter no processo de escolarização, como explicitado nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001)

A educação é o principal alicerce da vida social. Ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania e controla saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote como compromisso e horizonte étnico político, a solidariedade e a emancipação. (Brasil, 2001, p.05).

Nessa perspectiva, uma escola que progride nesse caminho de inclusão será uma escola que estabelecerá convivência entre quem é considerado “normal” e os que necessitam de atendimento educacionais. Neste viés, a Declaração de Salamanca (1994) estabelece:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e

² O movimento Escola Nova, também conhecido como Escola Ativa ou Escola Progressiva, surgiu no século XIX e ganhou destaque no século XX, tanto na Europa quanto na América do Norte. No Brasil o movimento teve sua força em 1882 por Rui Barbosa se consolidou até 1930. A proposta surge como uma resposta a necessidade de uma sociedade marcada pela urbanização, e crescimento econômico. Então era fundamental preparar o País para essas mudanças. Defendendo a criação de um sistema de ensino público e laico e gratuito para combater as desigualdades sociais.

que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, assim são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (Brasil, 2003, p.20). Faz-se necessário lembrar que a citada Convenção permite a acessibilidade das pessoas com deficiência, oferecendo a oportunidade de participarem e estarem engajadas dentro da sociedade em igualdade de condições com os demais. A citada convenção salienta:

O propósito da presente Convenção é o de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (Brasil, 2003. P 27).

É dever da escola promover uma educação inclusiva, que possibilite a todos/as alunos/as uma educação de qualidade, para que assim possam desenvolver saberes juntos, visto que, uma escola inclusiva é o caminho mais adequado para a estruturação da solidariedade entre crianças com e sem deficiência. Nesta perspectiva, a Declaração de Salamanca salienta:

Uma sociedade, portanto, é menos excludente, e, conseqüentemente, mais inclusiva, quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais, incluindo as pessoas com deficiência, para promover ajustes razoáveis e correções que sejam imprescindíveis para seu desenvolvimento pessoal e social. (Brasil, 2003, p 30).

Inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) está associada ao desenvolvimento de uma sociedade para todos, contudo os alvos de mudança serão os ambientes sociais e não as pessoas. Respalda a ótica de Mantoan (2022), quando aborda a concepção social da deficiência, ver a deficiência como algo social e não discriminatório. Esse modelo social promove uma transformação na base do ensino, na qual leva-nos a entender que só existe barreira se a deficiência segregar as pessoas, se as próprias pessoas agirem com exclusão. O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência

como parte da diversidade humana, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, os respeito pelas capacidades de desenvolvimento de crianças com deficiência devem ser de suma importância e respeitadas em qualquer ambiente.

A Declaração de Salamanca (1994) possibilitou novas demandas e oportunidades, reforçando a ideia de uma educação para todos, como parte integrada no sistema educacional. Focando em melhorias de acesso à educação para pessoas que ainda são desprovidas, garantido que jovens se tornem parte integralizada do ensino regular, declarando o direito de toda criança ter uma educação de qualidade, ampliando o conceito de necessidades especiais, pois inclui não só as pessoas de deficiências, mas os que apresenta alguma dificuldade temporária. Segundo a Declaração de Salamanca (1994):

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração de Salamanca 1994, p.16).

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), concede-se a todas as pessoas com deficiência o direito ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino ao longo dos anos, tornando-se dever do Estado, da família e sociedade assegurar uma educação de qualidade, como citado no trecho:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: O - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacionaispecializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao

currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...] (Brasil, 2015, p. 9).

Falar de oportunidades iguais resulta na elaboração de circunstâncias diversificadas, respeitando a necessidade de cada pessoa, uma vez que é por meio da educação que ocorre as transformações sociais. Uma educação entendida como direito e não como favor é a base para construção da educação inclusiva.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INCLUSIVO

A educação é a principal base para vida social, pensando assim, transforma e desenvolve saberes para uma prática pedagógica melhor, mas para isso é necessário pensar em uma prática que valorize desde a escola até o convívio para a valorização das diferenças, e cultivo de uma cultura de paz. Para Mantoan (2015)

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (Mantoan, 2015, P.32)

É importante salientar a necessidade da discussão sobre um maior entendimento em relação à educação inclusiva, compreendendo-a não somente como um paradigma ou uma ideologia, mas uma realidade vigente no nosso cotidiano em instituições escolares.

Através do livro *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* (2003) Mantoan aborda as diferenças que existem entre integrar e incluir, entretanto, de acordo com a mesma poucos conseguem observar a diferença que existe entre os dois. Integrar é criar condições para que alunos com deficiência participem das atividades escolares, enquanto incluir envolve uma convivência real e significativa entre todos os alunos, ou seja, incluir é dividir espaços e conviver.

A escola aberta a todos, citada por Mantoan (2015), menciona a mudança na escola, pois, o ensino nelas ministrado não atendem as peculiaridades de todos, ou seja, o que é necessário para haver essa mudança? Conforme a autora seria

Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.

- reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.
- garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprova a repetência.
- formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. (Mantoan,2015, P.33).

Abordar a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, é uma necessidade ética-política, para avançar na garantia de permanência de todos/as estudantes. Assim, a luta referente à educação e a inclusão garante não só a presença física de alunos com deficiência em sala de aula, mas a implementação de uma política, que contribua para permanência do ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos/as alunos/as. Uma vez que o princípio que fundamenta a escola é a aprendizagem sem nenhuma restrição. Dessa maneira, Meirieu (2005), cita.

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva. (Meirieu,2005, p.44).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) entende-se a Educação especial como uma categoria de educação oferecida nas redes regulares de ensino para educandos com deficiência, mas a educação especial segue alguns parâmetros excludentes, na qual, alunos com deficiência devem participar do processo de ensino e aprendizagem separados dos demais alunos.

As escolas que buscam entender e valorizar as diferenças têm projetos inclusivos em seu ensino, para melhorar e atender as especificidades de cada aluno, considerando questões relacionadas a deficiência, ou dificuldades emocionais, e culturais de cada aluno. Segundo Mantoan (2015)

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue: aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de

conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar. (Mantoan,2015, P.34).

Superar o sistema tradicional de ensino é falar de ambientes educativos que ensinam alunos a valorizar a diferença, pela convivência com os demais, pelas aulas, por fatores socioafetivo, emocionais, e por toda a relação com toda a comunidade escolar.

Mantoan (2015) postula que “superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda urgência” (Mantoan, 2015, p.65). Dessa maneira, questiona o verdadeiro papel das escolas. Logo percebe-se, que o modelo educativo vigente precisa ser reconstruído, pois, a verdadeira qualidade de ensino situa-se na percepção de oferecer aos alunos autonomia no meio social, visando sua plena inclusão.

Por conseguinte, a presença de alunos com necessidades educativas dentro do ambiente escolar vem ampliando-se, demandando ações que valorizam a diversidade. Nesta perspectiva, para uma sociedade equitativa é necessário promover valores, entre os quais cultura inclusiva, representatividade de todos os grupos, políticas inclusivas, adaptação de ambiente e práticas.

O projeto pedagógico (PP) possibilita compreender a função social da educação e da escola em uma sociedade excludente, entendendo-se por educação como um campo de mediação social, podendo assim, reduzir diferentes formas de dominação e exclusão e formar um espaço emancipatório.

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2014, afirma

A deficiência não deve ser considerada uma concepção puramente médica, ficando associada exclusivamente à doença. Compreende-se deficiência como parte da área de desenvolvimento social e de direitos humanos, conferindo-lhe uma dimensão mais personalizada e social. Esta concepção traduz a noção de que a pessoa, antes de sua deficiência, é o principal foco a ser observado e valorizado, assim como sua real capacidade de ser o agente ativo de suas escolhas, decisões e determinações sobre sua própria vida (Brasil, 2014, p. 09)

Mantoan 2022, aborda a interpretação da deficiência de acordo com o modelo médico e o modelo social.

A nosso ver, a concepção médica da deficiência dificulta o entendimento da inclusão. Ela adentra facilmente as escolas e influencia diretamente o modo como os professores atribuem, a certos alunos, a incapacidade de aprender demais colegas. Tais atribuições são devidas a laudos, relatórios, e demais prescrições que induzem os professores a pensar que não estão preparados para ensinar os estudantes assim considerados. (Mantoan,2022, P.33)

Nessa perspectiva, Mantoan 2022, menciona a concepção social da deficiência

O Modelo social, instituído no Reino Unido entre as décadas de 1960 e 1970, entende a deficiência como um fenômeno social. Por esse modelo, uma pessoa não pode ser considerada “com deficiência” simplesmente por ter uma lesão ocular, auditiva, intelectual ou física, pois a deficiência é resultado da interação de um indivíduo com barreiras que impede o seu acesso à informação, ao lazer, ao trabalho, à educação e outros (Mantoan,2022, p,34).

Dessa forma, para que os projetos pedagógicos (PPs) sejam inclusivos, é necessário que todos estejam em concordância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE, 2008)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008,p,16).

Sendo assim, o projeto pedagógico democrático é uma condição para as escolas se tornarem espaços de participação e inclusão. Gadotti (2000), menciona:

[...] aluno aprende apenas quando se torna sujeito de sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito de sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto de escola que faz parte também do seu projeto de vida. Não há educação e aprendizagem sem sujeitos da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico (Gadotti,2000, p.15).

Nesse viés, o projeto pedagógico inclusivo requer importância sobre os objetivos da escola, e seu papel social educativo é um processo em desenvolvimento, no qual é necessário conter a realidade de todos que estão envolvidos. Como um projeto pedagógico vai ser inclusivo se não atende às necessidades educativas de todos/as estudantes? Então é fundamental que seja reconstruído a partir de cada vivência da escola.

3.1 A prática pedagógica na perspectiva do Plano Educacional Individualizado (PEI)

Diferenciar as práticas pedagógicas necessita rever as variadas dimensões sobre o currículo escolar, que exige planejamento e intervenções sobre o processo de aprendizagem dos alunos. Por sua vez, o chamado Plano Educacional Individualizado (PEI) institui uma base de intervenções pedagógicas contextualizadas. Sua atuação no Brasil é pouco estudada, de modo que suas aplicações não estão diretamente inseridas na realidade das escolas, uma vez que poucos profissionais utilizam. No entanto sua proposta vem sendo utilizada em alguns países como nos Estados Unidos (Pletsch et al., 2010), Espanha, França, Itália e Portugal (Valadão, 2010), dentre outros, sendo referenciais fundamentais para efetuar a educação inclusiva.

A proposta da educação inclusiva é possibilitar oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento para todas as pessoas no mesmo ambiente educacional e principalmente inclusivo. Quando nos deparamos na escola com alunos/a com necessidades específicas, muitos questionamentos são associados, tais como: “será que vai conseguir acompanhar a turma?” Alguns estudantes apresentam necessidades e dificuldade de aprendizado devido ao currículo padrão preparado para uma classe homogênea.

No Brasil, embora a legislação não faça referência ao termo Plano Educacional Individualizado, são diversas leis que garantem o direito ao atendimento educacional individualizado, como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) (Oliveira,2017).

O PEI cumpre um importante papel de construir, desenvolver, ampliar possibilidades para estudantes no Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), que deve ser englobado todo público, oferecendo as mesmas oportunidades de aprendizagem. Neste sentido, Barbosa (2019), menciona

No entanto, favorecer o desenvolvimento desse público específico, inserido em um contexto coletivo, é no mínimo desafiador. Uma estratégia que deve ser utilizada para o êxito desse trabalho individualizado é a colaboração dos diversos profissionais da escola, profissionais extraescolares e família. Contudo, inicialmente, é preciso um movimento no interior da escola no sentido de refletir sobre o trabalho colaborativo, implementando essa prática na rotina acadêmica (Barbosa,2019, p.67)

Uma das características do PEI é a sua flexibilidade, visto que, é um documento sujeito a revisões e avaliações, neste caso é muito importante que não seja elaborado de forma isolada, já que o documento requer o compartilhamento de vários saberes, um complementando o outro. O trabalho colaborativo é uma das estratégias que pode favorecer a inclusão (Tannus-Valadão, 2017). O quadro abaixo vai descrever os níveis

Quadro 1. Níveis de planejamento do PEI

Níveis	Descrição
Nível I Identificação	Identificação das necessidades educativas dos alunos.
Nível II Avaliação	Avaliação das áreas “fortes” e “fracas” do aluno. Neste nível, ocorre a elaboração do PEI entrelaçada com as adaptações curriculares e ambientais (manejo de sala de aula) necessárias para atender ao aluno. ⁶
Nível III Intervenção	Neste nível, ocorrem a intervenção a partir dos objetivos propostos no PEI e a reavaliação do aluno.

Fonte: adaptado de Correia (1999).

Partindo da perspectiva de que não existe uma única maneira de atender as necessidades educativas de todos os alunos com deficiência, ou seja, não existe um padrão, uma forma em que a educação seja oferecida em um único currículo, é que surgiu o Plano de Ensino Individualizado.

A educação inclusiva é um ensino, cujo modelo é para todas as pessoas participarem da escolarização, com uma forma social de inclusão, uma prática que se manifesta na adaptação do currículo, apoio adequado aos alunos com necessidades educativas. A educação especial se baseia no modo de compreender e desenvolver as habilidades das pessoas com deficiência e transtornos.

Referente aos desafios da valorização da diversidade humana, principalmente quando se refere a inclusão, embora seja uma característica natural, ainda existem estigmas a serem superados socialmente, dentre os quais a discriminação e as barreiras atitudinais referentes as diferenças de cada pessoa, dificultando a inclusão.

A incapacidade que é atribuída às pessoas com deficiências surge em razão de preconceitos, capacitismo, sendo essas pessoas discriminadas dentro de determinados espaços sociais. No entanto, enquanto as pessoas com deficiência estiverem restringidas da participação social e do acesso à informação e a comunicação, menor será a possibilidade de usufruir plenamente de seus direitos enquanto pessoa humana. Conforme mencionado na Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência (2003)

Uma sociedade, portanto, é menos excludente, e, conseqüentemente, mais inclusiva, quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais, incluindo as pessoas com deficiência, para promover ajustes razoáveis e correções que sejam imprescindíveis para seu desenvolvimento pessoal e social. (Brasil, 2003, p 30).

É necessário entender a concepção do capacitismo para compreender a tensão dos corpos das pessoas com deficiência enfrenta todos os dias em nossas sociedades. A maneira como as representações sociais de deficiência exerce seu poder e seu domínio sobre as crenças individuais. Em conformidade com Gesser; Block; Melo (2020)

O capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseada em um ideal de sujeito performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidade normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosos LGBTI e com deficiência como antológicas e materialmente deficiente[.] (Gesser; Block; Melo,2020, p.18).

Uma sociedade focada em um modelo eugênico, reforça a rejeição das diversidades de corpos, produzido um olhar preconceituoso e negativo da deficiência. Desse modo, o capacitismo estabelece um ideal de corpo, quanto mais as pessoas se afastam desse padrão segregacionista, mais percebido o ser humano fica. O olhar interseccional é fundamental para entendermos as opressões dos corpos, os fatores sociais que definem a identidade de uma pessoa e o anticapitismo.

A educação anticapitista é uma ruptura com os paradigmas que impede a universalização das pessoas com deficiência, enfatiza a diversidade humana e busca eliminar barreiras sociais, mostrando deficiência não como uma limitação. Mas como um processo sociocultural, de socializar e integrar todas as pessoas.

3.2 Deficiência intelectual desafios e possibilidades na escola

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a deficiência intelectual (DI), é definida como uma capacidade significativamente pequena de compreender informações, ou algo inserido novo, complexo.

Dessa forma, Aranha (2001) afirma que

A deficiência intelectual até o século XVIII era confundida com doença mental e tratada exclusivamente pela medicina por meio da institucionalização, que se caracterizava pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem, mantendo-as em instituições situadas em localidades distantes de suas famílias, permanecendo isoladas do resto da sociedade, fosse a título de proteção, de tratamento, ou de processo educacional (Aranha, 2001, p.2).

O termo deficiência intelectual é uma condição complexa no que tange a sua nomenclatura, sendo utilizado para substituir os termos deficiência mental e retardo mental. Das diversas definições e terminologias, a DI chama a atenção, pois nem sempre é indicada num primeiro momento, resulta estar ligada no déficit dos indivíduos (social, intelectual, funcional, comportamental).

Nessa perspectiva a proposta da nomenclatura tem a intenção de ser menos excludente, além de considerar os contextos sociais e culturais existente em cada ser humano. Considerando que as definições são importantes, para desenvolver novas práticas e métodos acessíveis para serem auxiliadas e construídas dentro das instituições.

Dessa maneira, Veltrone; Mendes (2012) corrobora com a seguinte afirmação

Compreendendo ainda a condição peculiar da deficiência intelectual – em que esta é construída e reconstruída de acordo com mudanças nos cenários político, social e cultural é importante e necessário investigar como esta nova mudança vem sendo interpretada para que possamos avançar nas discussões e conseqüentemente garantir um atendimento educacional especializado de qualidade para esse alunado. (Veltrone; Mendes, 2012, p.365).

Levando em consideração a mudança da nomenclatura da DI, esse termo é mais indicado para ser usado, está alinhado com as políticas de inclusão educacional e social. Luckasson e Reeve (2001) discutem ainda que toda mudança deve possibilitar a compreensão de que esta

Seja específica para se referir a uma entidade singular, permitindo a diferenciação de outras entidades e aprimoramento da comunicação; seja utilizável para diferentes grupos: indivíduos, famílias, escolas, clínicas, pesquisadores e gestores de políticas públicas; represente o conhecimento vigente e seja capaz de incorporar novos conhecimentos conforme a ciência avance; reflita um componente essencial para nomear um grupo de pessoas, que permita comunicar valores importantes. (Luckasson; Reeve, 200.p,65).

Dessa forma, toda mudança de terminologia deve primeiramente ser acompanhada de mudanças funcionais, principalmente para uso e compreensão, pois o respeito e a inclusão é algo fundamental, mais essa conquista deve ser mais intensificada pelas políticas públicas, e na estruturação de escolas que possibilite avanços cruciais no desenvolvimento de práticas educativas

A adoção de nomenclaturas propostas deve vir acompanhada de mudanças conceituais, estruturais, políticas e sociais. E, no caso brasileiro, um caminho para evitar os descompassos propostos entre tendências internacionais, legislação e práticas dos profissionais seria o desenvolvimento de uma melhor articulação entre as decisões do poder público e participação das comunidades escolares nestas decisões. As mudanças não podem simplesmente ser impostas de cima para baixo, sem considerar a realidade dos professores que diretamente vão lidar com elas. No caso específico da definição da deficiência intelectual este fato é ainda mais

agravante, levando em consideração que o olhar que temos sobre ela é influenciado pelo contexto social, econômico, político, cultural do qual fazemos parte (Veltrone; Mendes, 2011, p. 420).

Diante desse exposto, é importante que a nomenclatura possa oferecer não apenas mudanças estruturais, mais também atitudinais. É necessário ressaltar, a necessidade de uma organização social que veja que as pessoas com deficiência intelectual podem se desenvolver assim como os demais.

3.3 Funcionamento cognitivo de crianças com DI

Para o aprofundamento acerca da deficiência intelectual é importante discutir e problematizar a respeito da compreensão teórica de Vygotsky (1989).

A escola deve desenvolver, avanços práticos e teóricos acerca da deficiência intelectual, quando existe essa falta de informação dificulta o desenvolvimento psicológico da criança, como memória, atenção voluntária, imaginação criativa etc. Dessa forma limita-se a criança de acordo com a deficiência que possui, seu aprendizado acaba sendo reduzido, afastando-se da cultura desenvolvida na escola.

Temos a compreensão de que com mediações adequadas, pessoas com DI são capazes de desenvolver as Funções Psicológicas Superiores. Sujeitos com DI avançam em seu processo de humanização, portanto, é preciso proporcionar uma educação de qualidade que se torna fundamental para elevar nos sujeitos as categorias psicológicas mais elementares às categorias superiores. (Silva,2019, P.22)

Vygotsky (1989) considera o indivíduo com ser historicamente social, dessa forma o meio social na qual convive pode influenciar o seu desenvolvimento. Segundo o autor a criança utiliza primeiramente da fala socializada para interagir com o outro, logo depois usa o instrumento do pensamento, sendo a cultura primordial para o desenvolvimento mental.

Nesse sentido as funções psicológicas superiores (FPS), são mudanças de experiências que os indivíduos vão adquirindo ao logo de seu desenvolvimento. Embora que a deficiência seja entendida como um fator biológico, não é capaz de possibilitar o

impedimento de crianças com DI adquirirem conhecimentos. Nesse sentido Rego (2011) ressalta

O desenvolvimento do sujeito humano se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social. Assim o desenvolvimento do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro (outras pessoas do grupo cultural), que indica, delimita e atribui significados à realidade. (Rego,2011, p.61)

Nesse sentido Vygotsky (1989) cita que desde início da vida a aprendizagem está presente, contudo, a inteligência é estabelecida como uma habilidade para aprender, deixando o pensamento epistemológico que concede a inteligência como determinados conhecimentos prévios. Ou seja, a diversidade promove aprendizados, que por sua vez proporciona diferentes processos de desenvolvimentos.

As práticas lúdicas contribuem com o desenvolvimento linguístico e intelectual das crianças, sobretudo as com DI, pois acredita que ao brincar a criança é um ser ativo que constrói e cria, por meio de sua interação social, na qual, a criança elabora conceitos que contribui para situação real.

O jogo aparece no mundo imaginário, desenvolvendo aprendizados onde as interações sociais e troca de experiência gera conhecimentos. Contudo, Bezerra; Araujo (2011), apontam

Acreditamos que, para a criança com Deficiência Intelectual, a percepção de tais relações simbólicas, que já são bastante complexas para todo o universo infantil, torna-se muito mais propícia pela brincadeira, porquanto aí aparecem, como vimos, algumas premissas psicológicas fundamentais para o surgimento da abstração, da simbolização e da generalização, funções psíquicas básicas sob as quais se estrutura a linguagem humana. Conforme menciona Aguiar (2008, p. 20), parafraseando Almeida, “[...] a brincadeira simboliza a relação pensamento-ação da criança, e, sendo assim, constitui-se provavelmente na matriz de formas de expressão da linguagem (gestual, falada ou escrita)”. (Bezerra; Araujo, 2011, p. 237).

O jogo possui três características a imitação, as regras, e a imaginação, ao elabora uma atividade lúdica, que desperte a atenção das crianças com DI, as crianças interpretam papéis levando ao imaginário, resultando situações para a vida real. E com as construções

dos conceitos que a aprendizagem está no brincar. De fato, que estão interligados com o mesmo propósito, de despertar o foco, a concentração, o raciocínio as habilidades e pensamento. Vigotsky (1989) aborda elementos importantes para a construção do brincar e aprender

Na brincadeira faz de conta, os objetos perdem a sua força determinadora sobre o comportamento da criança, que começa a agir independentemente daquilo que ela vê. Uma colher se transforma em um avião, um cabo de vassoura em um cavalo. Na brincadeira a criança aprende a comportar-se não somente pela percepção imediata dos objetos, ou pela situação que a afeta de imediato, mas pelo significado desta ação. O jogo fornece um estágio de transição em direção à representação, desde que um objeto seja um pivô da separação entre o significado e o objeto real. (Vygotsky, 1989; p.67).

Esses recursos lúdicos são fundamentais para o professor utilizar, proporcionando práticas que desenvolva as habilidades dos alunos, e participe do processo educativo. Sobretudo esses meios pedagógicos, elava o engajamento, a participação e a motivação interna, além de estimular a participação coletiva dos alunos.

Os âmbitos virtuais são estimulantes para alunos com DI, porém as escolas insistem no padrão tradicional, de continuar com práticas conservadoras sem abranger outros campos de conhecimento, tornando-se ambientes homogêneos, sem atentarem para outras possibilidades que os meios virtuais educativos oferecem.

Conforme Silva (2019) o uso de computadores, proporciona a ativação dos FPS, que são a abstração, imaginação, além de ativar e produzir avanços na construção de estruturas mentais e psicossociais. Contribui para o desenvolvimento da linguagem. Dentro do seu contexto social a criança tem acesso a diferentes relações de linguagem. Na sala de aula o silêncio que muitas das vezes os alunos utilizam como uma forma de aprendizado, acabam desestimulando a troca de saberes compartilhados.

Alunos com DI tem a mesma capacidade de aprender como qualquer outro aluno, porém deparamos com situações dentro das salas de aulas que não instiga a capacidade cognitiva da criança para desenvolver outros aprendizados, e acabam tornando sujeitos que a própria sociedade julga, discrimina.

Campos e Glat (2016), assinalam que os fatores que levam a adaptação dos indivíduos não dependem somente de fatores biológicos, dessa maneira a dificuldade que as crianças com DI apresentam se relaciona também como os processos sociais estigmatizados, sendo assim, pesquisas mostram que as pessoas com deficiência intelectual demoram mais no estágio de desenvolvimento da inteligência, porque necessita de mais tempo para obter as informações estabelecidas.

Todavia o atraso nos processos de funcionamento, não justifica a forma como as escolas observa alunos com DI, ou seja, sem avanços, uma vez que a mesma é responsável pelo aprendizado de todas as crianças, independentes se possuir limitação ou não. É função das instituições possibilitar a inclusão de todas as crianças, elaborando materiais pedagógicos que estimulem seus níveis psicológicos.

Segundo Miranda e Pinheiro (2016), é necessário desenvolver estratégias cooperativas nas aulas, desenvolvendo espaços inclusivos, fomentando a criatividade e a interação entre alunos de maneira que alcance seus objetivos em comum. Promovendo estimulação cognitiva relacionado a cultura.

Sob esse viés, Miranda; Pinheiro (2016), corrobora com estudos que aborda uma concepção sobre ações pedagógica

Assim, a abordagem nessa perspectiva educacional contrapõe-se a uma concepção meramente diagnóstica. Com isso, ressaltamos o papel das intervenções de caráter intencional no campo educacional, com objetivos definidos, de acordo com as características peculiares do aluno, o qual cria possibilidades para o avanço do seu desenvolvimento cognitivo. (Miranda; Pinheiro, 2016, p. 698).

Neste sentido, é importante mencionar que as crianças com DI têm diferente tempo de aprendizagem, de compreensão, de leitura, de atenção e de memória. Assim, não se deve partir de uma perspectiva que desqualifique estas crianças dentro do processo educativo, mas que entenda suas peculiaridades e tempos no processo de ensino e aprendizagem.

É notório observar que a deficiência pode anular as expectativas de aprendizagem dos indivíduos, quando os agentes escolares se limitam apenas em olhar a deficiência em si. No entanto, “entendemos que a deficiência não pode estar acima do potencial do aluno, o

qual certamente vai se aprimorar com o ensino ofertado e com mediações adequadas, e assim desenvolver suas Funções Psicológicas Superiores avançando em seu processo de humanização.” (Leonel; Leonardo, 2014, p. 542).

É de suma importância que as escolas enquanto instituições reveja suas condições, afim de possibilitar que cada pessoa seja capaz de aprimorar suas funções, tanto elementares, quanto atenção, percepção e memória.

4. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Como recurso metodológico utiliza-se da etnografia na educação escolar André (1995), com o intuito de perceber relações e interações, a fim de entender a dinâmica pedagógica de alunos com deficiência intelectual acompanhados pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE), em Redenção. O NAPE é um serviço que atende alunos com deficiência na realização de atividades diárias, sendo essas atividades no contraturno, contando com uma equipe multifuncional (psicopedagogos/as, pedagogos,). O foco desta etnografia é acompanhar alunos com Deficiência Intelectual (DI), bem como os fatores socioculturais e a dinâmica escolar na qual estão inseridos.

Pensando na perspectiva de vivenciar mais de perto a realidade de alunos com deficiência intelectual, utilizei da observação participante nos atendimentos de crianças com a psicopedagoga. Os encontros de observação se estabeleceram por (6) seis semanas, desde o dia 24 de abril de 2024 a 03 de junho de 2024 com um encontro por vez, com duração de 50 minutos, por último a entrevista com a psicopedagoga.

Inicialmente minha intenção era observar minuciosamente como acontece os encontros e o processo de desenvolvimento educativo de crianças com DI e quais são as principais aprendizagens dessas crianças.

Por conseguinte, diante das observações surgiu a necessidade de entender melhor quais os métodos/recursos aplicados pela psicopedagoga, e se existe a relação conjunta do professor da sala de aula regular com a profissional dos atendimentos na construção do

currículo adaptado. Nesta perspectiva, surgem indagações tais como: De que maneira a escola está oferecendo atendimento psicopedagógico para as pessoas com DI?

Sabemos que a escola enquanto instituição produtora de conhecimento tem como grande desafio tornar-se inclusiva, permitindo a todas as crianças frequentar o mesmo ambiente escolar, sem nenhuma restrição, com a garantia do direito de aprendizagem. No entanto, falar de inclusão implica mencionar sobre direito à igualdade e direito à diferença.

Logo após as observações feitas semanalmente aos atendimentos do NAPE, passou-se para o momento da entrevista com a psicopedagoga, com intuito de compreender o processo de aprendizado com alunos com DI. Procurou-se saber, dentre outros aspectos, quais os recursos metodológicos e pedagógicos são aplicados e qual a razão de somente um encontro por semana, visto que cada criança apresenta dificuldade na escrita, na leitura, na memória, na atenção, e em outros aspectos, que ao longo do tempo é desenvolvida e praticada.

Após cada encontro de observação, vi a necessidade de cada escola possuir seu próprio Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional, pois existe uma grande demanda de alunos que precisam desses acompanhamentos, que na maioria das vezes as escolas não estão sabendo como melhorar o desenvolvimento educativo e pedagógico dessas crianças.

4.1 Natureza da Pesquisa

Conforme Gil (1999), pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social Gil (1999).

Desta maneira a pesquisa se apresenta de forma qualitativa, pois segundo Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Contudo, Silva (2022) afirma que:

(...)trabalhando com esse método o/a pesquisador/a tem a oportunidade de ir a campo e realizar a sua pesquisa com o grupo/público alvo, e assim, colher os seus dados através das perceptivas dos/as próprios/as, levando em conta a qualidade das informações, e não a quantidade/números. (Silva ,2022, p.23)

A pesquisa qualitativa apresenta-se como principal foco para entender, interpretar informações, diálogos e entrevistas com participantes. Partindo desta perspectiva, neste trabalho, são utilizados dados qualitativos na construção do objeto de pesquisa.

Contudo, existe diferentes forma de pesquisa qualitativa, dentre elas a etnografia, onde neste trabalho é utilizada como parte da metodologia. Nesse sentido, a etnografia, se preocupa com os significados que tem as coisas, como a linguagem e também as ações no meio social. “O etnógrafo encontra-se, assim, diante de diferentes formas de interpretações da vida, formas de compreensão do senso comum, significados variados atribuídos pelos participantes às suas experiências e vivências e tenta mostrar esses significados múltiplos ao leitor” (Andre,1995, p. 16,17).

O foco do etnógrafo está na aproximação gradativa com os participantes, o significado de cada ação, do comportamento. Isto é, cada vez mais o etnógrafo chega mais próximo de seu campo de investigação. Mediante a isso, André (1995) cita que

Finalmente, a pesquisa etnográfica busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem. Para isso faz uso de um plano de trabalho aberto e flexível, em que os focos da investigação vão sendo constantemente revistos, as técnicas de coleta, reavaliadas, os instrumentos, reformulados e os fundamentos teóricos, repensados. O que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade. (Andre,1995, p.26).

Dessa maneira, é importante conhecer o sujeito da pesquisa como agente de seus

próprios conhecimentos, registrar detalhes, acontecimentos, analisar os dados do particular para o geral, possibilitar uma conexão mais dialética entre a objetividade e a subjetividade.

4.2 Tipo da pesquisa

Desta forma, a pesquisa de campo se caracteriza pela etnografia da educação, focando na observação, estudando um grupo ou uma comunidade dentro de sua estrutura social, mantendo e analisando as interpretações dos resultados. A realidade presente é interpretada por meio do investigador, permanecendo maior tempo na comunidade. A pesquisa se inicia pela fase exploratória, que consiste em um problema do objeto e dos pressupostos, das teorias e do percurso metodológico.

Segundo Gil (2002)

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfico, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltado para qualquer outra atividade humana, basicamente a pesquisa é desenvolvida por meio de observação direta das atividades do grupo de estudo e de entrevista com informantes para captar suas explicações, e interpretações do que ocorre no grupo. (Gil,2002 p.53)

A pesquisa de campo é a coleta diretamente de fontes originais, o que proporciona maior controle sobre a natureza e a quantidade de coletas de dados coletados, pois quando os pesquisadores falam sobre estar no campo, estão se referindo de estar no lugar da vida diária das pessoas que estão estudando.

Desta forma, para os antropólogos a etnografia se caracteriza em pesquisar sobre a comunidade, a cultura existente, linguagem, hábitos, para a educação se baseia em observar a educação, se preocupar com a mesma. Mais em qual medida uma pesquisa se caracteriza como uma pesquisa etnográfica? Quando faz uso de técnicas, como coleta de dados, observação, entrevista, análise de documentos etc. O pesquisador, possui um papel importante na coleta de dados, pois envolve um trabalho de campo, onde, existe uma troca experiência e contato direto com os participantes.

A etnografia na prática escolar permite um novo olhar no ambiente educacional, possibilitando entender como funciona o dia a dia, os mecanismos de dominação, e de resistência, permitindo ao pesquisador conhecer mais de perto seu campo de estudo, analisar quais fenômenos que causa a exclusão, as dinâmicas, as relações e interrelações.

Buscando analisar a função do pesquisador e do contexto no qual está inserido, qual o fenômeno que o pesquisador pesquisa? Com relação a isto, André (1995) aborda a escola como espaço social, afirmando que

Essa visão de escola como espaço social em que ocorrem movimentos de aproximação e de afastamento, onde se criam e recriam conhecimentos, valores e significados vai exigir o rompimento com uma visão de cotidiano estática, repetitiva, disforme, para considerá-lo, como diria Giroux (1986), um terreno cultural caracterizado por vários graus de acomodação, contestação e resistência, uma pluralidade de linguagens e objetivos conflitantes. (André, 1995, p.35).

Nesse sentido, o estudo da prática escolar, por meio do uso da etnografia, permite desenvolver métodos que envolva o meio social ao qual se está pesquisando, por intermédio da observação direta, incluindo reflexões sobre os valores presente na sociedade.

4.3 Técnicas de coleta de dados

Dessa maneira a observação participante é um método que permite ao pesquisador uma análise específica, havendo maior proximidade do contexto do grupo, pois o investigador poderá ter mais contato com o ambiente pesquisado, podendo então efetuar interpretação. Assim, na observação participante o pesquisador vivencia pessoalmente a realidade daquela comunidade ou grupo, para melhor entendê-los, participando das relações sociais, e procurando entender as ações em seu contexto. Dessa maneira o observador deve fazer parte daquele universo pesquisado.

Quanto mais o pesquisador procura compreender todo contexto, a cultura o seu objeto de pesquisa será mais fácil de ser desenvolvido, pois um maior envolvimento permitirá ao pesquisador ter mais facilidade de entender os significados e as ações do dia a

dia. Na medida que acontece o pesquisador vai ficando mais próximo e ganhando confiança daquele grupo ou comunidade.

4.4 Local da pesquisa

Figura 1 – Escola Maria Augusta



Fonte: autora, (2024).

Segundo o PP a escola Municipal Maria Augusta Russos dos Santos tem sua origem no ano de 2005, quando a escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira não tinha mais espaço físico para atender a demanda dos alunos de 6º ao 9º ano. Então passam a funcionar na escola estadual Adolfo Ferreira de Souza, espaço cedido pelo governo, para que assim as crianças pudessem frequentar a escola.

A referida escola foi criada a partir do projeto de lei de nº 1200 de 27 de 2006, desde então a escola é situada na rua Santos Dumont s/n no município de Redenção. A escola teve esse nome em homenagem a professora Maria Augusta Russos dos Santos, natural de Redenção.

Conforme mencionado no PP o crescimento da população a escola teve a necessidade de construir sua própria sede, podendo atender os alunos com espaço apropriado e com a parceria dos pais. No dia 01 de novembro de 2011 aconteceu o desmembramento, onde a instituição se tornou independente, se desvinculando da outra escola.

Ainda segundo o PP a escola atualmente é a única da sede do município que atende os alunos dos anos finais do ensino fundamental, demonstrando sua importância para a sociedade. Em 2023 a escola ingressou no tempo integral, com as turmas de 8º e 9º ano.

5 NÚCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL EDUCACIONAL (NAPE)

Figura 2: NAPE



Fonte: Autora 2024

O Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional (NAPE), surgiu em 2021 com a demanda enviada das escolas de crianças com dificuldade de aprendizagem. É um projeto da secretaria de educação- SME de Redenção cuja as ações estão voltadas para o aprendizado das crianças que necessita de apoio no seu processo de desenvolvimento educacional.

O NAPE não tem uma Lei Municipal, decreto ou portaria, que tenha sancionado, está funcionando como citado na escola Maria Augusta. Contudo, percebe-se que embora tenha avançado a inclusão de pessoas com deficiência, ainda precisa sancionar uma Lei de criação ao Núcleo de Apoio Psicossocial Especializado. “A criação de espaços e estratégias pedagógicas que garanta a inclusão, condição para que as escolas desenvolvam ações

pedagógicas de modelo educacionais para todos” (Nogueira, 2019, p.19). A vista disso, o Núcleo é de extrema importância para a comunidade escolar e a sociedade.

É um serviço que o município oferta, mas não é institucional, mesmo diante da necessidade das escolas e a grande demanda, a SME desenvolveu esse projeto. Como ainda não tem seu próprio espaço os atendimentos acontecem na escola Maria Augusta, com algumas salas disponibilizadas para os encontros, de acordo com dados coletados na entrevista são atendidas 228 crianças.

O núcleo é formado por uma equipe especializada, oferecendo serviços de avaliação psicológica e psicopedagógica, intervenção e acompanhamento psicológico e psicopedagógico (atendimento individual e em grupo), orientação escolar, orientação educacional/ familiar.

O núcleo tem seus atendimentos no contraturno, atendendo as crianças da sede e todas as escolas que fazem parte da cidade de Redenção. Diante disso, existe essa necessidade de ter um espaço próprio, para atender todas as crianças que precisa desses acompanhamentos. Nem todas as crianças que são atendidas pelo Núcleo de Apoio Psicossocial educacional possui diagnóstico, as vezes apresenta dificuldade de aprendizado.

Segundo dados coletados na Secretaria de Educação de Redenção (SME), informados pelo Censo Escolar de 2024, a quantidade de alunos com deficiência por escola equivalente a 347 alunos. Destes alunos, 66 foram diagnosticados com deficiência intelectual. Do total de escolas descritas na tabela abaixo, 22 (vinte e duas) escolas tem crianças atendidas pelo Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional (NAPE).

Algumas destas escolas se localiza na região serrana, sendo o deslocamento difícil para a cidade de Redenção os encontros acontecem a cada 15 dias. Nos casos em que as crianças moram mais próximas ao local dos atendimentos os encontros acontecem uma (1) vez por semana, tornando os acompanhamentos com mais frequência.

Figura 03: Censo -2024

ESCOLAS	QUANTITATIVO DE ALUNOS INFORMADOS COM DEFICIÊNCIA POR ESCOLA/ ANO: 2024 – CENSO										TOTAL
	BAIXA VISÃO	CEGUEIR A	D. AUDITIV A	D. FISICA	D. INTELLECTU AL	SURDEZ	SURDO SEGUEIR A	VISÃO MONOCULA R	D. MULTIPL AS	AUTISM O	
Antonio Barbosa	1	*	*	*	8 (1)	*	*	*	1	21 (1)	31
Dep. Antonio Jaco	*	*	*	2 (2)	5 (3)	*	*	*	4	29 (1)	40
Cecilia Pereira	*	*	*	1(1)	7 (2)	*	*	*	2	10 (1)	20
Dr Edmilson Baros	*	*	*	*	6 (1)	*	*	*	1	20 (1)	27
CEI Fca Arruda	*	*	*	(1)	2(2)	*	*	*	2	19 (1)	23
Fco Januarío	*	*	1	*	4 (1)	*	*	*	1	4 (1)	10
Fco Raimundo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3	3
Major Hortencio	*	*	*	*	1	*	*	*	*	2	3
Joao Alves	*	*	*	1 (1)	* (1)	*	*	*	1	2	4
Joao Fragoso	*	*	*	*	*	*	*	*	*	2	2
Joaquim Jose	*	*	*	*	1	*	*	*	*	2	3
Joaquim Simao	(2)	*	*	*	5	*	*	(2)	2	*	7
Luis Dias Damasceno	*	*	*	*	3	*	*	*	*	6	9
Neide Tinoco	*	*	1	*	1	*	*	*	*	6	8
Nossa Sra de Lourdes	1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1
Pedro Fernandes	1(1)	*	*	*	*(1)	*	*	*	2	45 (2)	48
Maria Augusta	*	*	*	1(1)	11 (3)	*	*	*	3	9 (2)	24
Ricardo Ferreira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	11	11
Sebastiao José	1	*	*	*	2 (1)	*	*	*	1	11 (1)	15
Teodoro Conrado	*	*	*	*	3	*	*	*	*	*	3
CEI Vicente Ferreira	*	*	*	1	3	*	*	*	*	12	16
Herminio Gomes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1
Terto Venancio	*	*	*	*	3	*	*	*	*	30	33
Manoel Saraiva	*	*	*	*	1	*	*	*	*	4	5
Total Geral	4	-	2	6	66	-	-	-	20	249	347

DATA BASE: 29/05/2024

Fonte: Secretaria de Educação de Redenção (2024)

Como mencionado anteriormente, a proposta metodológica desta pesquisa se baseia na etnografia da educação, focando nos contextos educacionais por meio da observação participante e de análises de interações sociais, visando entender de que modo se dá o ensino e a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual acompanhadas pelo NAPE. Com o objetivo de observar e coletar informações foi realizado primeiramente notas de campo e depois a entrevista.

5.1 Notas de um diário de campo I

Os atendimentos as crianças com necessidades específicas ocorrem em sala. O ambiente é bem neutro, pensava em um lugar diferente, com pinturas, desenhos, pois o público alvo são crianças. Bem no canto tem uma mesa redonda com 4(quatro) cadeiras,

e na segunda mesa a psicopedagoga atende a criança. Do lado esquerdo tem um móvel com alguns brinquedos coloridos, como mostra a imagem a baixo.

Figura 04: campo de pesquisa



Fonte: Autora, (2024).

De início não consegui entender porque a sala era daquela cor, sem vida. Posteriormente, no momento da entrevista com a psicopedagoga, consegui entender melhor, pois o ambiente colorido dificulta na concentração, de manter a criança focado em algo, impedindo a participação nas atividades, como mencionado na entrevista com a psicopedagoga.

Tem salas super colorida. hoje mesmo veio uma colega pedindo para atender uma criança na minha sala, porque não dava para atender aquela criança naquela sala. Então pensando na demanda e na especificidade de cada criança pensei em uma sala mais neutra, que o caso da minha sala. Tipo alunos com DI tem o 'rebaixamento' cognitivo, então quando se trata de atenção e tem alguns estímulos que tira o foco essa criança vai ter uma dificuldade maior de se concentrar por conta desses estímulos. Então costumo trabalhar com alunos com DI na sala mais neutra. (psicopedagoga,2024)

Esta preparação do ambiente depende de criança para criança, a psicopedagoga menciona que “o ambiente aqui da minha sala ela é muito neutra, eu não gosto de muitas informações porque eu tenho crianças, que têm sensibilidade visual, então quando tem muitos objetos, isso acaba desorganizando a criança” (psicopedagoga,2024). De certo modo, ambiente colorido tem um impacto nas aprendizagens de criança com DI, pois afeta a capacidade de concentração e o comportamento. A maneira como essas crianças interagem com o espaço pode ser diferente. Desta forma, adaptar o ambiente de aprendizagem é importante para seu desenvolvimento cognitivo.

Pensando em outras perspectivas as cores podem ser um importante elemento para ajudar no processo de desenvolvimento, pois eleva a participação e a disposição para aprender, bem como como jogos e materiais didáticos coloridos e interativo, podendo ser usando como apoio visual.

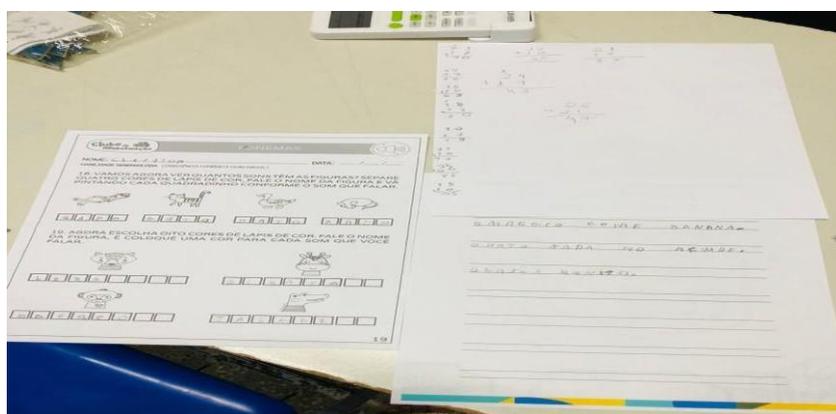
A entrevista³ parte de algumas perguntas para melhor entender o contexto que estou pesquisando. A criança na qual estou observando está no 7º ano e tem 11 anos de idade, estuda na escola municipal de ensino regular. Partindo da necessidade de entender como funciona o NAPE, e seus atendimentos, realizei a entrevista semiestruturada com roteiro, porém com a flexibilidade de fazer perguntas adicionais caso surgisse alguma dúvida. Entre as perguntas uma delas foi a seguinte: quais atividades você realiza enquanto psicopedagoga? No tocante a resposta da interlocutora obtive a seguinte informação: a psicopedagoga realiza atividade voltada para o desenvolvimento, leitura e escrita, compreensão, matemática e seus subcomponentes, funções executivas, estimulação precoce e tudo que envolve desenvolvimento infantil e humano.

5.2Notas de um diário de campo II

³ A entrevista conta com uma profissional que se identifica com o sexo feminino, graduada em pedagogia, com especialização em psicopedagogia e neuropsicopedagogia. Esta profissional acompanha aluno(a)s com deficiência desde 2018.

As atividades realizadas durante as observações partiam de jogos, como domino da adição, onde era divididos entre a psicopedagoga e o aluno, com o intuito de desenvolver conhecimento e situações socio interacionais dentro do ambiente observado, e para aguçar mais a criatividade do aluno. A psicopedagoga perguntava: qual foi o resultado? Qual era o número? onde estava aquele número, eram em suas peças ou na dela?

Figura 05: descrição de atividade



Fonte: Autora, (2024).

Observei a importância de trabalhar com jogos didáticos, e como é uma ferramenta essencial para melhorar a aprendizagem de crianças com deficiência, entre elas, crianças com deficiência intelectual. Esses jogos melhora a atenção, memória, raciocínio lógico, coordenação motora, o desenvolvimento cognitivo e a interação social.

Foi utilizado a brincadeira de “ir à feira comprar”, essa brincadeira se resume em citar vários nomes, e depois ficar repetindo todos os nomes. Na primeira vez ele conseguiu 3 (três) estímulos, ou seja, conseguiu memorizar três nomes que foi citado, na segunda vez conseguiu 5 (Cinco), na última vez conseguiu até 6 (seis) estímulos. Outro recurso didático utilizado foi quebra cabeça Tangram, que é um material que ajuda no desenvolvimento das crianças.

Figura 06- Quebra cabeça Tangram



Fonte: Autora, (2024).

De acordo com as observações e a relação que configura os aspectos socioculturais e a prática escolar, senti a necessidade de perguntar a psicopedagoga se trabalhava junto com professor(a) do ensino regular na adaptação do currículo. Segundo a entrevistada o trabalho com o professor da sala de aula regular comum é mais de orientação. “É quando o professor me procura, é quando eu visito a escola e vou fazer algumas intervenções, que são orientações, então o meu trabalho junto ao professor(a) é mais ou menos isso” (psicopedagoga,2024).

A profissional avalia todas as áreas e no final entrega um relatório de orientação para a escola. Neste relatório encontra-se também orientações para a adaptação dos currículos, onde a criança sente mais dificuldade, o que fazer para melhorar a aprendizagem, e quais aspectos devem ser mais trabalhados com mais intensidade.

Trabalhar com o currículo adaptado para crianças com deficiência intelectual é um recurso importante para garantir que as necessidades educacionais sejam atendidas de maneira inclusiva, promovendo o desenvolvimento cognitivo e social. Dessa maneira, foca na metodologia de ensino, respeitando o ritmo e a habilidade de cada criança. Uma dessas abordagens é o Plano Educacional Individualizado (PEI). Durante a entrevista foi

perguntado se a psicopedagoga trabalhava com o PEI, uma das respostas obtidas foi “não”, pois o PEI é algo trabalhado pelos professores do ensino regular, porém, sempre que é necessário tem intervenções dos psicopedagogos. É aplicado nos atendimentos o plano interventivo psicopedagógico. Segundo a entrevistada o plano interventivo psicopedagógico são estratégias elaboradas para atender as necessidades específicas de alunos com dificuldade de aprendizagem. É um plano organizado por meio de uma avaliação, onde é identificada as dificuldades e habilidades de cada criança, possibilitando o desenvolvimento integral do aluno.

Dessa maneira, a psicopedagoga relata que o “plano interventivo psicopedagógico” é o que vai ser trabalhado com aquela criança, por exemplo, “deu rebaixado” na leitura, escrita, atenção e memória, então é dentro desse plano que precisa trabalhar as dificuldades dessa criança. Mas esse plano é destinado especificamente aos atendimentos e não a escola. É um plano para se trabalhar no atendimento psicopedagógico e de acordo com o que a criança precisa, relata a psicopedagoga em entrevista.

Conforme as observações realizadas surgiram algumas dúvidas referentes como a psicopedagoga trabalhava junto com a professora do ensino regular na adaptação do currículo, a resposta obtida foi que parte de uma avaliação que primeiramente avalia todas as áreas da criança, para depois seguir com orientação para a escola, com sugestões para melhorar o aprendizado da criança dentro do ambiente escolar.

O currículo adaptado para alunos com DI parte de uma iniciativa coletiva, para atender as necessidades específicas desses estudantes, principalmente a flexibilidade, para ajustar os conteúdos de acordo com o ritmo de aprendizagem de cada aluno, ainda mais a utilização de recursos diversificados, porque falar de uma educação inclusiva, tem que pensar primeiramente no outro(a), adaptar para o outro(a).

Durante as observações senti muita dificuldade em encontrar dados referentes ao NAPE. Quando se trata de educação inclusiva nem toda escola adere dentro das salas de aulas a inclusão. Há crianças que necessita de currículos adaptados, de materiais

pedagógicos acessíveis para se sentir incluso naquele ambiente. Lutar pelo direito de aprendizagem de todas as crianças é lutar por uma escola emancipadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, venho abordar possibilidades e desafios enfrentados por crianças com DI, e sobre a funcionalidade do Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional (NAPE). Este que por sua vez atende crianças com deficiência, e com dificuldade de aprendizado. No tocante que aborda e educação inclusiva, é um tema de bastante relevância no contexto educacional atual. A inclusão não é apenas matricular a criança no ensino regular, mas envolver práticas pedagógicas diferenciadas e mudanças estruturais.

A inclusão de crianças com deficiência intelectual é um direito fundamental que deve ser garantido, para isso, é necessário o comprometimento das escolas, e das políticas públicas, que garantam espaços heterogêneos, valorizando a individualidades e potencializando e a capacidades de cada aluno.

Entende-se que o processo de ensino aprendizagem das crianças com DI precisa ser aprimorado e ressignificado todo dia, aplicados de maneira inclusiva dentro do espaço escolar. Para tanto, é necessário se fazer uma ampliação do olhar e reflexão por meio de pesquisas científicas.

Em suma, este trabalho visa destacar a inclusão de alunos com Deficiência intelectual em ambientes de convivência e aprendizados, destacando que práticas pedagógicas adaptadas em ambientes acolhedor é fundamental para o desenvolvimento, a inclusão não é apenas um direito, mais uma necessidade social.

Este estudo contribui para futuros pesquisadores, que vejam a impotência do alicerce de apoio a educação inclusiva em Municípios e Estados brasileiro. Tendo principalmente como base a Lei A Lei N° 13.146/15, que é a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (2015), que assegura e garante seus direitos. Dessa forma, apesar dos desafios, a educação

inclusiva é um direito fundamental e que sua efetivação exige um esforço conjunto de professores, gestores, famílias e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995. p.15-26.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A educação brasileira no período republicano**. Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação: História da Educação**. São Paulo: UNESP, 2003

ARANHA, M.S.F. (1995). **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas em Psicologia, 2.

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. **O Atendimento Educacional especializado como força motriz da inclusão escolar**. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria. Teresa. Eglér. (org.). Educação e inclusão: entendimento, proposições e práticas. Blumenau: Edifurb, 2020. p. 181-202.

BARBOSA, Vania, Benvenuti. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado – PEI**. Minas Gerais, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Eu defendo os direitos da pessoa com deficiência/Juliane Patrícia Antonio... [et. al.] – Rio Claro: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

_____. **Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria da Educação Especial. -MEC; SEESP,2001.**

CAMPOS, K. P. B; GLAT, R. **Procedimentos favoráveis ao desenvolvimento de uma criança com síndrome de Dow numa classe comum. Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.29, n.54, p.2740, 2016.Disponível em:<http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10399/pdf>.

FERREIRA, Windyz B. **Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola.** In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windys; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (org.). *Tornar a educação inclusiva.* Brasília: UNESCO, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

GARCIA, P. B. Paradigmas em crise e a educação. In: BRANDÃO, Z. (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação.** 2.ed. São Paulo: Cortez, p.58-66, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época – v.35)

GIL, Antônio. **Como elaborar um projeto de pesquisa/** Antônio. 4ed. São Paulo: 2002.

GLAT, R.; FERNANDES, E.M. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.** Inclusão – Revista da Educação Especial. Brasília: v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

LEONEL, Waléria Henrique dos Santos; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. **Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana.** Revista Brasileira. de Educação Especial, Bauru, v. 20, n. 4, p. 541-554, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Edglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos.** Curitiba: CRV, 2022.

MANTOAN, Maria, Tereza. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

- MAY, T. Pesquisa social. **Questões, métodos e processos**. 2001. Porto Alegre, Artemed.
- MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed. 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SILVA, Vanja Mara Barbosa. **A diversidade em sala de aula: um desafio sempre atual**. Buritis – MG, 2015.
- SILVA, Simone, Maria. **Cognição e aprendizagem de crianças com deficiência intelectual: evidências sobre o funcionamento cognitivo**. Fortaleza, 2019.
- PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- TRIPP, David. Educação e Pesquisa, São Paulo, V 31, n.3, p. 443- 466, set. 2005.
- TANNUS-VALADÃO, Gabriela. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: Propostas oficiais na Itália, França, Estados Unidos e Espanha**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)–Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Percepções dos alunos com deficiência intelectual sobre sua matrícula na classe especial e classe comum**. Revista Eletrônica de Educação, vol. 5, nº. 2. São Carlos/SP: UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Educação, novembro de 2011, pp. 59-81.
- VYGOTSKY, L.S. **Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984
- VALTRONE, Aline Aparecida; MENDES Enecéia Gonsalves. **Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, jul./dez. 2012. **ANEXOS 01: Entrevista**.

ANEXOS

ANEXO 01- Roteiro de Entrevista

Roteiro de entrevista com psicopedagoga

Identificação. Nome. Gênero. Idade. Local de trabalho.

1. Quais são as suas formações?
2. Quanto tempo você está no acompanhamento de aluno(a)s com deficiência?
3. Quais atividades realiza enquanto psicopedagoga?
4. Você faz utilização de práticas pedagógicas inclusivas? De que forma?
5. Como é feita a mediação do conteúdo da sala de aula regular?
6. Quais as principais dificuldades encontradas por alunos com deficiência intelectual? E quais as principais aprendizagens?
7. Você faz a utilização do plano individualizado, o PEI? Quais são os métodos que você aplica?
8. Trabalha junto com o professor/a da sala regular na adaptação do currículo adaptado?
9. Quais recursos metodológicos pedagógicos você utiliza nos seus atendimentos? Com quais objetivos?
10. Qual a função social da educação inclusiva e da escola na sua perspectiva de psicopedagoga?

Obrigada pela colaboração neste estudo!

ANEXO 02: Termo de cessão de direito de uso de imagem.



TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM

Eu, Aline Pereira de Lima,
CPF nº 036.059.563-43 responsável pelo
Atendimento Psicopedagógico no município de
Redenção / CCARA / Brasil, autorizo a utilização de imagens registradas
para o Trabalho de Conclusão de Curso (Deficiência Intelectual: Desafios e
possibilidades no Ensino Fundamental I em uma escola de Redenção(CE) pela
discente Elaine Barbosa Silva, cursando licenciatura em Pedagogia pela
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB
Tal concessão, o faço sem qualquer onerosidade, ou seja, de forma gratuita.

Redenção, 05 de Junho de 2024

Aline Pereira de Lima

Assinatura / carimbo
Ou Assinatura digital Gov.Br

Aline Pereira de Lima
R.S. 036.059.563-43
CRP - SINDICAL: 856